

HABITAÇÃO

Canoas lança residencial popular com 807 unidades no bairro Guajuviras

Canoas deu mais um importante passo na reconstrução habitacional do município com o lançamento do Residencial Nazário. O empreendimento, do Programa Minha Casa, Minha Vida – Reconstrução, é destinado exclusivamente a famílias atingidas pela enchente de 2024. A cerimônia foi realizada no local onde o residencial será construído, na Estrada do Nazário, no bairro Guajuviras.

O empreendimento contará com 807 unidades habitacionais, sendo 640 apartamentos e 167 casas térreas, em uma implantação mista, composta por condomínios e loteamento. A obra será executada pela Construtora 2MS Engenharia, vencedora da licitação, e receberá R\$ 161,4 milhões em recursos do Fundo de Arrendamento Residencial (FAR). O contrato prevê prazo de 18 meses para a conclusão das obras e a legalização do

empreendimento, conforme cronograma físico-financeiro pactuado e aprovado pela Caixa Econômica Federal.

O secretário municipal de Habitação e Regularização Fundiária, Fabiano Siqueira, ressalta que o residencial será destinado às famílias atingidas pela enchente de maio de 2024. “São unidades habitacionais destinadas exclusivamente às famílias atingidas pela enchente e que possuem laudo de inhabilitabilidade, aprovado pela Defesa Civil Nacional. Essas famílias já estão pré-selecionadas e, posteriormente, serão convocadas para apresentar a documentação necessária, a ser analisada pela Caixa Econômica Federal. A grande notícia é que as obras já começaram e estamos avançando para que essas pessoas possam, o quanto antes, ter uma nova moradia, com segurança e dignidade”, afirma.



Com investimento de R\$ 161 milhões, prazo de construção previsto é de 18 meses

Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA
A PMC torna público o processo: **DISPENSA ELETRÔNICA DE LICITAÇÃO Nº 032/2026** – Processo Digital nº 59022/2026 – Aquisição de materiais de construção, hidráulicos e elétricos destinados à implantação de estrutura para reservação de água e à adequação de espaço destinado ao atendimento em saúde da Comunidade Indígena Tekoa Karanda'ty, localizada na reserva ancestral denominada “Mato do Júlio”, conforme condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência. Conforme edital e anexos. DATA DA DISPUTA: **13 de outubro de 2026 às 09:00h**. O Edital e anexos estão disponíveis nos sites www.pregaobanrisul.com.br e cachoeirinha.atende.net.

JUSSARA MARIA DA SILVA
Prefeita

Aos anunciantes e agências de publicidade

Alteração de horário de fechamento

Face ao feriado de Nossa Senhora Aparecida em 12 de outubro, a edição do dia 12 será conjunta com a do dia 09 de outubro, com o fechamento comercial às 16h do dia 08 de outubro.

A edição do dia 13 de outubro de 2026 circulará normalmente, com o fechamento comercial às 16h do dia 09 de outubro.

JORNAL CIDADES
A comunicação direta com os municípios do RS

Editora Jornalística Jarros Ltda.
Editor: João Dienstmann
Telefone: (51) 3213-1376
e-mail: redacao@jornalcidades.com.br

Informações e Anúncios
Telefone: (51) 3213-1395 | jornalcidades@jornalcidades.com.br
Av. Ipiranga, 6.681 - Tecnopuc - Prédio 99 | 4º andar
CEP 90619-900 - Porto Alegre - RS

As opiniões das colunas e artigos publicados pelo Jornal Cidades não correspondem, necessariamente, à linha do jornal, sendo responsabilidade dos autores.

IMPRESSÃO E DISTRIBUIÇÃO: Empresa Jornalística J. C. Jarros

MUNICÍPIOS

Prefeitura de Lajeado monitora uso de imóveis em áreas condenadas

PREFEITURA DE LAJEADO/DIVULGAÇÃO/CIDADES



Cerca de 40 imóveis já foram demolidos desde o início do plano de desocupação, que engloba famílias entre cotas 19 e 24

Maria Vitória Marca
mariav@jcrs.com.br

O Vale do Taquari segue convivendo com enchentes, com elevação do Rio Taquari em diversos pontos. Para tentar evitar que uma nova tragédia como a de 2024 ocorra, municípios da região trabalham para retirar pessoas, em definitivo, de áreas de risco. Desde agosto, a prefeitura de Lajeado anunciou plano de desocupação das residências entre as cotas de 19 a 24 metros.

Por meio da iniciativa, as famílias serão redistribuídas para programas habitacionais e os imóveis serão demolidos. O planejamento é desocupar toda a região da cidade até dezembro de 2029 e construir obras públicas nos locais, para evitar reocupação.

A medida foi anunciada em agosto deste ano. Em 22 de julho, o rio atingiu a marca de 24,7 metros, a mais alta até o momento. Desde então, outras três cheias ocuparam parte da cidade, todas superando os 23 metros de inundação. O nível de referência considerado normal para o Rio Taquari em Lajeado é de 13 metros, conta a prefeita Gláucia Schumacher, a partir da cota 19 começam a ocorrer inundações em residências.

Ainda, de acordo com dados históricos da prefeitura, desde 1939, foram registrados 133 eventos que atingiram ou superaram a cota 19. Destes,

73,7% permaneceram entre as cotas 19 e 24 metros, apenas em 35 ocasiões (26,3%) a cheia ultrapassou a cota de 24 metros.

De acordo com a prefeita, apesar de ser ilegal a construção de residências nestas áreas, a região ainda é procurada devido ao baixo custo do aluguel. “Vemos que quem está ocupando essas casas não são mais os proprietários. Os proprietários estão alugando para pessoas. Vemos imigrantes, trabalhadores. É um aluguel mais barato, porque é uma área alagável, o que eles acabam nem sabendo antes”, conta. Ainda, a prefeita explica que todos os

imóveis na área deverão ser demolidos. Segundo ela, há a possibilidade de doação do terreno ao município em troca de moradias de programas habitacionais federais, como Minha Casa Minha Vida, e estaduais, como A Casa é Sua, ou a futura compra do terreno pela prefeitura.

Com a iniciativa, as áreas devem ser desocupadas gradualmente a partir dos 19 metros. Até o final deste ano, a previsão é iniciar o realocamento dos moradores da cota 21 e ter até os 24 metros de cheia do rio desocupados no final de 2029. Segundo Gláucia, até setembro deste ano, cerca de 40 imóveis já foram demolidos e a região da cota de 19 metros já está inteiramente desocupada.

No lugar das casas, há pla-

cas sobre a proibição de construção nos terrenos. Além disso, a prefeitura pretende adquirir os terrenos para construir na região obras públicas, como parques, na tentativa de impedir a construção de novas residências.

“Essas áreas são bem próximas de espaços públicos. Na região de 19 e 20 metros de cota, onde estamos realizando a desocupação, há um parque ao lado e planejamos expandi-lo. Nos 40 terrenos onde já demoliram as casas, estamos realizando o plantio de grama, árvores. Então já estamos ocupando o espaço, para não ter mais construções”, ressalta a prefeita.

Para se ter uma ideia dos custos que uma enchente causa ao município, de acordo com dados da prefeitura, durante a cheia do final de julho, o município teve um gasto de aproximadamente R\$1 milhão, com itens para abrigo, transporte, alimentação para os desabrigados e limpeza urbana. Na ocasião, foram cerca de 590 pessoas atingidas, com mais de 170 famílias abrigadas. Delas, em torno de 350 pessoas foram atingidas até a cota de 23 metros.

Com a desocupação da área de cota de 19 metros em Lajeado, a cheia do fim de setembro impactou menos moradores. Foram 50 famílias abrigadas, aproximadamente 120 pessoas, até a cota de 23 metros, segundo dados da prefeitura. O município segue com fiscalização sobre o uso de imóveis em áreas consideradas condenadas.